

Assembleia da República
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada: 374105

Classificação
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
05701/021

Data
10/10/15



- REQUERIMENTO Número /XI (.ª)
- PERGUNTA Número 487 /XI (2 .ª)

Expeça-se
Publique-se
18/10/10
Q Secretário da Mesa <i>recorrido</i>

Assunto: Qualidade da Água para consumo humano

Destinatário:

Exmo. Senhor Ministro da Economia e da Inovação

Dist. e transmissão do SECRETÁRIO da

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República,

10.10.15

[Handwritten signature]

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista signatários tomaram conhecimento de uma reportagem desenvolvida pela estação televisiva SIC e pelo Jornal Expresso, com a colaboração da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, sobre qualidade da água destinada a consumo humano, cujos resultados foram publicados a partir do dia 1 de Outubro (Dia Nacional da Água) em diversos noticiários e na Grande Reportagem “*Desta água beber?*” (transmitida no dia 3, na SIC), bem como na edição de dia 2 de Outubro do Jornal Expresso, e onde se referem alegadas situações de risco em termos de qualidade da água destinada a consumo humano.

Esta informação vem contradizer o constante no Relatório Anual sobre o *Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano em Portugal*, referente a 2009, apresentado em 30 de Setembro pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, onde se conclui que a qualidade da água para consumo humano continua a melhorar de forma consistente, revelando os resultados uma percentagem de água controlada e de boa qualidade na torneira do consumidor de 98%.

As situações de risco que o aludido estudo promovido pela SIC e pelo Expresso vem referir (com base em 134 medições de cloro na água destinada a abastecimento humano), tendo sido transmitidas de forma generalizadora, conduzirão a um retrato bem diferente do sector de distribuição de água.

Do aludido estudo, e da forma como o mesmo foi divulgado, pode, aliás, extrair-se uma mensagem alarmista a toda a população, pondo em causa o trabalho desenvolvido por milhares de profissionais do sector, e afectando, de forma possivelmente irreversível em alguns dos casos, a confiança que os cidadãos têm na qualidade da água distribuída.

Face ao teor das notícias veiculadas por alguns órgãos de Comunicação Social, que põe em causa de forma clara os dados oficiais, fica na opinião pública a ideia de que a água da torneira é de má qualidade,



afectando, desta forma, a confiança dos consumidores neste serviço público essencial, condicionando a sua utilização. Importa por isso esclarecer, de forma cabal e urgente, as situações descritas na aludida reportagem, a fim de confirmar ou não a sua veracidade.

É, nestes termos, que os signatários vêm, através de V.Exa, perguntar à Senhora Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território e ao Senhor Ministro da Economia e da Inovação:

1. Que mecanismo dispõe a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), ou que pretende vir a dispor, para validar a informação sobre qualidade da água que é comunicada pelas entidades distribuidoras e que é objecto de divulgação pública, nomeadamente através dos relatórios anuais?
2. Que mecanismos, nomeadamente sancionatórios, utiliza a ERSAR para assegurar o cumprimento pelas entidades distribuidoras de água das disposições legais nesta matéria?
3. Quantas coimas (entidade e valor) aplicou a ERSAR a entidades gestoras de sistemas de abastecimento, no âmbito das suas funções, por incumprimento da Lei?
4. O que tem feito a ERSAR ou o que pretende vir a fazer para capacitar os distribuidores de água com os conhecimentos técnicos necessários para exercerem cabalmente a sua função, nomeadamente a nível dos técnicos de recolha de amostras?
5. Porque razão constitui o cloro um tema tão presente nas questões relacionadas com a qualidade da água, e o que permite ele concluir sobre a potabilidade da água?
6. Na eventualidade de se verificar um problema de qualidade da água numa entidade distribuidora, que instrumento utiliza a ERSAR para assegurar a sua resolução?
7. Como verifica a Direcção Geral de Geologia e Energia, a análise e controlo da qualidade de águas minerais e de nascente (água engarrafada), destinadas a consumo humano?

Palácio de São Bento, 15 de Outubro de 2010.

Marcos Sá

Marcos Sá

RENATO SAMPAIO

(João Seguro Sanchez)

João Seguro Sanchez